

## BRASIL REPÚBLICA VELHA (1889-1930).

O Movimento republicano ganhou forças após 1871, mas até a década de oitenta eram poucos os adeptos do regime eleitos para algum cargo. A municipalidade do Rio de Janeiro sempre proclamou a modernização da monarquia, propugnando reformas descentralizadoras republicanas, mas mesmo assim foi com certa surpresa que a população brasileira recebeu a notícia da queda do regime a 15 de novembro de 1889 por rápida manobra dos militares chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Era Presidente da “Câmara de Vereadores” naqueles dias, o famoso jornalista José do Patrocínio, o qual, mesmo sendo reconhecidamente monarquista, não deixou de prestigiar o novo regime, hasteando uma bandeira republicana no edifício da Câmara a 15 de novembro e, ao mesmo tempo, lavrou vigorosa ata de adesão ao novo sistema. Patrocínio veio mesmo depois a ser considerado o “proclamador civil da República”.

No mesmo dia 15 Deodoro assinou decreto estipulando que o território da Côrte, desde então rebatizado para “Município Neutro”, ficou sob a jurisdição do “Governo Provisório da República”. Em 12 de dezembro, era dissolvida a “Ilustríssima Câmara” e instituído o “Conselho de Intendência Municipal”, composto por sete intendentes, eleitos por voto direto, sendo o presidente encarregado da função de prefeito do Rio de Janeiro. A 20 de setembro de 1892, nova lei alterou os poderes, passando o prefeito a ser indicado pelo Presidente da República, à aquela época o Marechal Floriano Peixoto. Foi o primeiro prefeito o ex-presidente do Conselho de Intendentes, o médico Dr. Cândido Barata Ribeiro, velho amigo de Floriano. A República tirou das mãos da municipalidade seus poderes executivos, prerrogativa que mantinha desde o século XVI. Com essa manobra, o Governo Federal centralizou as decisões do regime, acabando com a dualidade de poderes. Ao mesmo tempo, era dada ao prefeito procuração para cuidar de questões delicadas da cidade, como as freqüentes epidemias e o saneamento deficitário, bem como a expansão da mesma para os novos bairros de Copacabana, Leme e Ipanema e a urbanização dos subúrbios.

Há pouco mais de cem anos (1897) surgiu no Rio de Janeiro a primeira favela, no Morro da Providência. Um grande grupo de soldados do Corpo Auxiliar da Campanha de Canudos, no interior da Bahia, retornou das batalhas contra os revoltosos de Antônio Conselheiro em 05 de novembro de 1897. Trouxeram também suas mulheres, conhecidas como “vivandeiras”, pois forneciam víveres às tropas em marcha, bem como alguns jagunços sobreviventes. Foram instalados próximos ao Ministério da Guerra, no Campo de Santana, esperando ganhar acomodações pelo governo.

Como não receberam nada, foram subindo o Morro da Providência, invadindo uma antiga chácara com o apoio de um oficial. O nome “favela” adveio do fato de existir no dito morro à mesma planta leguminosa com favas, conhecida como “faveleira”, que existia no malfadado arraial de Canudos. O morro logo foi apelidado de Favela, nome depois estendido a outros promontórios com ocupação semelhante.

Em 1901 foi construído pelas “vivandeiras” um oratório no alto do morro, com a imagem de Cristo tomada da Igreja de Canudos. Esse oratório ainda existe e é monumento tombado pelo município. Com as subseqüentes reformas urbanas

do Rio, onde se demoliram muitos cortiços e habitações proletárias, a favela cresceu, multiplicou-se por outros morros, e hoje são mais de quatrocentas pela cidade.

Em 1896 o Conselho de Intendência foi transferido para o prédio da “Escola Pública da Freguesia de São José”, no “Largo da Mãe do Bispo”, atual “Praça Marechal Floriano” (Cinelândia), ocupando o pitoresco palacete neogótico erguido pela própria municipalidade para sediar uma escola pública em 1870. Ali ficaram os intendentes até 1919, quando foi demolido o palacete para a construção do atual Palácio Pedro Ernesto. O edifício do “Campo de Santana” ficou para a Prefeitura, que o ocupou até a década de 40. Desprestigiada e diminuída em suas atribuições, não começou bem nosso legislativo municipal o século XX.

Ação agora passou aos prefeitos, figuras indicadas pelo governo e afinadas com os poderes constituídos. Era o prefeito a legitimação do poder federal na municipalidade, atributo que foi cioso até época recente. Contudo, não se pode negar, muitos deles foram homens resolutos que fizeram o possível por nossa cidade, e, além do mais, contavam sempre por isto mesmo com amplo apoio e verbas da federação. Com a presidência nas mãos do Conselheiro Rodrigues Alves (1902-06), paulista de Guaratinguetá e proprietário rural, perpetuavam-se os cafeicultores na direção dos negócios nacionais, alternando, a partir de 1906, os mandatos federais entre mineiros e paulistas, o que levou os historiadores a classificarem esse período oligárquico da república, que vai até 1930, de “política de café-com-leite”.

Dentre os prefeitos que administraram o Rio de Janeiro entre 1902 e 1922, o primeiro deles é ainda hoje considerado um dos maiores reformadores urbanos deste século. O engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913), com larga folha de serviços prestados à cidade, foi o indicado para o quadriênio 1902/1906. Contou com a prestimosa ajuda do sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), que conseguiu em poucos anos de insano trabalho erradicar várias endemias urbanas, algumas delas, como a febre amarela, assolavam a cidade desde 1850; do também engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) indicado pelo governo federal para projetar a grande Avenida Central, cortando em dois extremos o velho centro urbano; do Engenheiro Francisco Bicalho, que projetou e construiu o novo porto da cidade (1904-10), bem como o importante colaboração do Ministro da Viação e Obras Públicas Lauro Muller, que coordenou os trabalhos em execução. Com empréstimos liberados e pouca oposição do Conselho de Intendentes, pôde Passos em três anos alargar ou abrir mais de 25 ruas, urbanizar dezoito praças e rasgar as famosas avenidas que fizeram sua glória: “Central” (hoje Rio Branco, executada pelo governo em 1903-05, mas com amplo apoio do prefeito), Beiramar (1903-05), “Ligação” (hoje Oswaldo Cruz 1903-05), Estácio de Sá (1903), Mem de Sá (1903) e Atlântica (1904-06), além de outras. Foi nessa época aberto o “Túnel do Leme” (1903-06).

Os bairros da zona sul foram privilegiados, ficando os subúrbios um pouco esquecidos, exceto pelas obras do porto e em São Cristóvão. A demolição de inúmeras moradias na área central e a não construção de casas populares equivalentes levaria, por sua vez, ao incremento das favelas, mas os resultados

finais caíram no gosto da burguesia e Passos acabou reconhecido como eficiente administrador, apesar destes contrastes.

Esse ímpeto reformador se repetiria quando da administração Paulo de Frontin, que durou apenas seis meses entre 1918-19. Nesse curto tempo, Frontin quadruplicou a Avenida Atlântica, reinaugurou a Avenida Niemeyer (em verdade concluída em 1916, mas com tantos problemas que foi refeita em 1919-20), e abriu o “Túnel João Ricardo”, ligando a zona portuária ao centro. Rasgou a av. “Rio Comprido”, hoje Paulo de Frontin.

Em 1919, durante a administração Frontin, foi o Conselho desalojado mais uma vez. A recente reforma administrativa determinando o número de intendentes como sendo proporcionais ao número de habitantes da cidade inviabilizou a continuidade do uso do palacete do Largo da Mãe do Bispo. Já em 1911, o arquiteto Heitor de Mello projetou o novo prédio do Conselho, a ser erguido no lugar do antigo. Dificuldades econômicas resultantes da “Primeira Guerra Mundial” engavetaram o projeto, mas o boom econômico ocorrido depois o levou a sua consecução. Foram os intendentes ocuparem algumas salas do “Liceu de Artes e Ofícios”, na Avenida Rio Branco, sendo a construção da nova sede iniciada em 1919.

Em 1918 foi eleito o Presidente Epitácio da Silva Pessoa, haja vista o falecimento de Rodrigues Alves em 1918, antes de assumir seu segundo mandato. Epitácio (1919-22) indicou para Prefeito o engenheiro Carlos César de Oliveira Sampaio, velho colaborador de Pereira Passos e conhecedor dos problemas da cidade. Suas obras serão citadas abaixo, mas o que marcou essas duas administrações foi a incapacidade da “República Velha” de renovar a classe política no poder, colocando nos primeiros escalões colaboradores dos primeiros anos da República. A elite estava desgastada e a revolta do “Forte de Copacabana”, a cinco de julho de 1922 deixou patente a insatisfação popular com a pouca renovação do poder.

Carlos Sampaio (1920-22), arrasou o velho “Morro do Castelo” a fim de obter terreno para a “Exposição do Centenário da Independência do Brasil”, em 1922, além de urbanizar e expandir os bairros da Urca (1920-22), Lagoa (1920-22), Ipanema e Leblon. Em todos esses momentos mesmo com poderes limitados, participou o Conselho de Intendência da consecução dessas obras, ora apoiando, ora inquirindo, censurando ou aplaudindo a realização de cada uma, mas sempre admoestada pelo governo.

De 1923 a 1930 o Rio atravessou as turbulentas administrações de Arthur Bernardes (1922-26), que enfrentou a revolta dos “tenentes” (1924) e a “Coluna Prestes” (1924-26); e Washington Luís (1926-30), em cuja administração foi inaugurada a “Estrada Rio-Petrópolis” (1928). Tivemos como prefeitos nesse igual período Alaôr Prata Soares (1922-26), que muito cuidou da urbanização da zona sul da cidade, particularmente dos bairros de Copacabana, Lagoa e Gávea, que beneficiou com importantes obras e não entrou em grandes conflitos com o conselho, mas denunciou algumas omissões; bem como Antônio Prado Júnior (1926-30), que contratou o urbanista francês Alfred Agache para embelezar o Rio de Janeiro e construiu várias escolas municipais e a “Escola Normal”, atual “Instituto de Educação”, comprando briga com o conselho, que se sentiu preterido em seus direitos.

Com a crise da “Bolsa de Nova York” em 1929 os preços do café desabaram no mercado mundial. A desorganização da política interna, a crítica situação da “República Velha” que não encontrou soluções para os problemas econômicos surgidos, a pouca renovação dos cargos públicos, a fraude eleitoral, que desmoralizou as instituições e o desejo de outras facções da sociedade de participar das decisões nacionais e que eram barradas em seus desígnios pela máquina emperrada do estado, geraram as forças contrárias ao regime que se uniram a três de outubro de 1930 numa revolução com vistas a uma renovação das instituições. Vinte e um dias depois caiu o governo de Washington Luís, que foi recolhido preso junto com o prefeito ao “Forte de Copacabana”. A três de novembro entrou vitorioso na cidade Getúlio Vargas, promovendo amplas mudanças na vida nacional.

#### GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1930-37)

O conselho apoiou o novo regime, na figura do intendente oposicionista Adolfo Bergamini, que por isso foi elevado por Getúlio ao cargo de primeiro “Interventor Municipal” do novo regime. Se bem que alguns dos políticos foram presos e processados como suspeitos ao novo regime, nada foi provado e tudo terminou numa anistia geral que apaziguou os ânimos.

Com a prisão do prefeito Prado Júnior, ocupou o executivo municipal o Presidente do Conselho, o advogado, jornalista e político Adolfo Bergamini, confirmado no cargo por decreto de 21 de novembro de 1930. Getúlio Vargas assumiu provisoriamente a Presidência da República, sendo eleito pela “Assembléia Constituinte” e eletiva em 1934-37, ocupando o cargo por golpe discricionário a 10 de novembro de 1937. Iniciava seu governo com grandes novidades, criando os novos ministérios do “Trabalho” e “Educação, Cultura e Saúde Pública”. Uma nova legislação trabalhista e a justiça do trabalho, aí se incluindo novidades como o salário mínimo, contrato de trabalho, e a aposentadoria. Novidades que então ainda eram vistas com reparos pelos “Estados Unidos”, dão uma idéia de sua dinâmica administração.

Uma certa demora na reconstitucionalização do país e os direitos preteridos da elite paulista arrastaram o país à revolução constitucionalista de 1932, que, apesar de vitoriosa para Getúlio, levou-o a perdoar muitos membros do antigo regime. A nova constituição de 1934, incorporando muitas leis sociais, dava direitos antes inimagináveis ao operariado e às mulheres. Entretanto, os “Estados Unidos”, temerosos do recrudescimento dos movimentos de esquerda no Brasil, cortou-nos muitos créditos, o que fez Vargas fechar aos poucos o regime, conduzindo-o a uma ditadura (1937).

Nesse período, foram prefeitos do Rio de Janeiro: Pedro Ernesto Batista, de 30 de setembro de 1931 a três de março de 1936; Cônego Olímpio de Melo, de quatro de abril de 1936 a dois de julho de 1937, e Henrique de Toledo Dodsworth, de três de julho de 1937 a três de novembro de 1945. Adolfo Bergamini como prefeito, teve atuação apagada, haja vista o fato de a Revolução ter instaurado uma época de terror, com suas famosas “Comissões de Sindicância”, que, em vez de apurar os fatos, procurou intrigas para punir antigos colaboradores do regime deposto. Logo caíram em descrédito completo, sendo todos os implicados

anistiados em 1932. O Conselho sediou algumas destas Comissões, quase todas terminando na absolvição dos indiciados.

Com a indicação por Getúlio do renomado médico Pedro Ernesto Batista ao cargo de “Interventor do Distrito Federal” a situação municipal se normalizou. Em 1932, com a realização, pela primeira vez, de eleições para prefeito, foi Pedro Ernesto consagrado nas urnas, tornou-se administrador carismático, batalhador e extremamente popular.

Dedicado à construção de hospitais e escolas e a instituição de concursos públicos para cargos municipais, atingiu em cheio duas graves deficiências da cidade, tendo, comprado com isso o ódio de seus desafetos na Intendência, pois dela retirou essas importantes atribuições, que lhe eram legatárias desde a época do império. Era Pedro Ernesto fruto de seu tempo, médico de renome, com aura de herói revolucionário, foi político dinâmico e muito trabalhador, removendo empecilhos e agilizando a lentíssima administração pública de então, coisa que o povo não estava acostumado a ver. Estando o velho prédio da prefeitura precisando de grandes obras, transferiu seu staff em 1934 para o “Palácio da Intendência”, que a época era presidida por seu desafeto pessoal, o Cônego Olímpio de Melo, o que lhe causou algumas situações constrangedoras. Vale dizer que, se Pedro Ernesto não se dava bem com a presidência da casa, o mesmo não se dava com os outros intendentes e funcionários da casa, que sempre reconheceram em nosso primeiro prefeito eleito as qualidades que de muito superavam seus defeitos. Foi de tal forma a identificação popular do palácio com seu nome, que já nessa época o povo o chamava de “Palácio Pedro Ernesto”, nomenclatura que pegou e seria referendada por projeto de resolução n. 28, de 27 de julho de 1971.

Implicado em intrigas políticas da época e visto com certo ciúme pelo presidente Getúlio Vargas que temia sua ascensão política, foi Pedro Ernesto envolvido indiretamente no levante comunista de 27 de novembro de 1935, movimento do qual não apoiou ou participou, mas dele foi acusado de participar, a ponto de ser preso como comunista e revolucionário em 1936, perdendo o cargo e sendo submetido a vexatório inquérito, onde afinal, acabou absolvido. Entretanto, não mais recuperou seus direitos políticos, nem sua saúde, perdida nas masmorras do governo, morrendo em 1945.

Sucedeu-o na prefeitura o presidente do “Conselho de Intendência”, Cônego Olímpio de Melo, que realizou administração apagada. Sua única obra para a posteridade foi a aprovação do decreto n. 6000, de 10 de julho de 1937, que criou o “Código de Obras da Cidade do Rio de Janeiro”, elaborado por um conselho de técnicos notáveis e votado pelo conselho municipal, que lhe fez alterações oportunas, foi a mais avançada legislação urbanística de sua época, tendo perdurado com alterações até o final da década de oitenta, sobrevivido, portanto, cinquenta anos, o que é notável para um projeto de lei.

Em virtude de razões políticas o presidente Getúlio Vargas escolheu para suceder o Cônego Olímpio de Melo, na “Interventoria do Distrito Federal”, o Dr. Henrique de Toledo Dodsworth. O Cônego Olímpio de Melo foi, em seguida, nomeado Ministro do “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, órgão recém-criado, semelhante ao “Tribunal de Contas da União”, para proceder à tomada de contas do “Governo Municipal”. Foi o Cônego Olímpio de Melo eleito o seu primeiro

presidente, tirando assim mais uma atribuição do conselho que vinha dos tempos coloniais.

Estava o Legislativo em seus momentos mais baixos, com seus trabalhos vigiados pelo governo, políticos sendo presos ou ameaçados por qualquer motivo, usando a intriga de acusações injuriosas contra o proceder de nossos legisladores, pairando no ar uma atmosfera de golpe de estado, o que se daria efetivamente a 10 de novembro de 1937, sendo o “Senado”, “Câmara de Deputados” e o “Conselho de Intendentes” fechado por ordem do governo, só se reunindo novamente oito anos depois, em 1945. Entrava o Brasil na era das trevas do “Estado Novo”, regime político inspirado nos governos fortes de direita, então em projeção na Europa, particularmente na Alemanha (Hitler), Itália (Mussolini), Portugal (Salazar) e Espanha (Franco).

#### O ESTADO NOVO (1937-45)

Com a proclamação do golpe a 10 de novembro de 1937, entrava o Brasil no regime ditatorial do “Estado Novo”, um governo discricionário corporativo moldado no “Estado Novo” de Salazar, em Portugal, com detalhes inspirados no modelo fascista italiano e na ditadura polonesa.

Getúlio Vargas agora enfeixava em suas mãos os três poderes da nação, prescindindo de parlamento. Foi o Congresso e tribunais dissolvidos e os palácios fechados por tropas federais, aliás, as mesmas que fecharam no mesmo dia o “Palácio Monroe”, sede do “Senado Federal”, localizado mais adiante, no final da Praça Marechal Floriano, bem como o “Palácio Tiradentes”, sede do “Legislativo Estadual”.

Alguns políticos foram presos, sendo a maioria solta tempos depois. Entretanto, uma parte significativa deles foi, dias depois, prestar solidariedade ao Presidente, numa atitude que reflete a tibieza de parte significativa da classe política brasileira de então. Entretanto, o “Palácio Pedro Ernesto” não ficaria fechado por muito tempo. Já de algum tempo vinha a sede do legislativo servindo a outros fins que não os originais. Já foi dito que durante uma reforma no edifício da prefeitura em 1934 motivara a transferência do executivo municipal para as dependências do palácio, não sem ferir algumas susceptibilidades. Mas o costume era anterior.

Já em 1931 fôra ali instalado o recém criado “Ministério da Educação, Cultura e Saúde Pública”, quando ocupou a pasta o Dr. Francisco Campos, futuro redator da constituição do “Estado Novo”, ali ficando até 1934. Ainda em 1937, por sugestão do interventor Henrique de Toledo Dodsworth, foi para lá transferida a prefeitura, o que, de certa forma seguia uma tradição, pois o executivo carioca ficara já em 1896 com a antiga sede do legislativo, finalmente demolida em 1943/44, quando da abertura da Av. Pres. Vargas.

O palácio sediou a prefeitura até a democratização do país, em 1945, passando o prefeito depois ao casarão do “Parque da Cidade”, na Gávea e, depois de 1950, ao velho “Palácio Guanabara”, onde ficou até 1960. No mesmo ano de 37 também ocupou as salas do Pedro Ernesto a Secretaria de Saúde e Assistência Pública, quando tinha por titular o professor Clementino Fraga, lá permanecendo por oito anos.

Quanto ao “Palácio Tiradentes”, teve fim mais sinistro. Sediou o “Departamento de Informação e Propaganda”, o famigerado “DIP”. O “Palácio Monroe” igualmente foi adaptado para receber outras repartições federais.

Quando os países americanos resolveram, no início da “Segunda Grande Guerra”, criar um organismo de defesa do hemisfério ocidental, foi o palácio da Câmara sede da Comissão Inter-Americana de Neutralidade, presidida pelo embaixador Afrânio de Mello Franco. Como se vê, durante seus oito anos de vida, a ditadura ocupou os palácios de diversas formas.

O Prefeito Dodsworth, desembaraçado da oposição, pôde dar amplo apoio à “Comissão do Plano da Cidade”, repartição municipal criada em 1937 e que se constituiu na primeira tentativa de resolver os problemas urbanísticos da cidade. Já em 1937 era urbanizada a área do Castelo, resultante da derrubada do morro em 1922, sendo traçadas as vias que ainda hoje o cortam. Em 1937 foi aberta a Av. Nilo Peçanha, que ligou o Castelo à malha urbana da cidade. Em 1937-38 foram feitos grandes melhoramentos no Outeiro da Glória e na Tijuca, sendo aberta nesta última a estrada nova, hoje Av. Édison Passos (1938).

A zona sul da cidade foi privilegiada com importantes obras. Em 1937 projetou-se o aterro entre a Glória e Botafogo, executado em 1954-65. A duplicação do “Túnel do Leme” (1943-46) e o “Corte do Cantagalo” (1938) foram medidas que beneficiaram Copacabana. Alias, nessa ocasião, foi criado o “Bairro do Peixoto” (1938). Projetou-se, mas não se fez, a abertura dos túneis do Pasmado (aberto em 1952), Rebouças (aberto em 1948-67), e Santa Bárbara (1948-63). Em Ipanema, foi feito belo jardim no canal da Lagoa Rodrigo de Freitas (1938). Projetou-se um Metrô que cortaria a cidade de norte a sul, só executado à partir de 1970-81, e uma ligação Rio-Niterói por túnel submarino (1938, abandonada).

O Centro foi motivo de desvelos especiais de Dodsworth. Projetaram-se e abriram-se as Av. Presidente Vargas (1942-44), “Diagonal” (só aberta em 1974 com o nome de “República do Paraguai”). A Av. Brasil foi iniciada (1944-46) e a “Estrada Rio-São Paulo” desenvolvida (1944-46). Planejou-se uma ocupação racional para a esplanada de “Santo Antônio”, que resultaria do arrasamento desse morro (1937), só executado em 1954-65.

Os serviços de transportes coletivos como ônibus, bondes, barcas e lotações foram ampliados e melhorados. Em 1937-38 construiu-se moderna estação de hidroaviões no Castelo (hoje “Centro Cultural da Aeronáutica”). Iniciou-se em 1938 a construção do Aeroporto Santos Dumont, concluído em 1944 e ainda hoje prestando bons serviços à cidade. Não fosse a “Segunda Guerra Mundial”, muito mais seria feito, mas, ao mesmo tempo, a eclosão do conflito ajudou, se bem que de forma indireta, a queda da ditadura Vargas.

Em 29 de outubro de 1945, após o rápido movimento militar que depôs Getúlio Vargas, foi o país reconduzido à legalidade, sendo logo convocadas as eleições de 1946 para o “Senado”, “Câmara dos Deputados” e “Câmara dos Vereadores”, restaurando o legislativo seu antigo prestígio.

#### ÚLTIMOS ANOS DO DISTRITO FEDERAL (1945-1960)

Com a restauração democrática em 1945, são realizadas eleições gerais em todas as esferas e nova constituição foi votada (1946). De 1945 a 1960, sediou o

Rio de Janeiro os Presidentes: José Linhares (1945-46); Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-51); Getúlio Vargas (1951-54); João Café Filho (1954-55); Carlos Luz (1955); Nereu Ramos (1955-56); e Juscelino Kubitschek (1956-61), que transferiu a Capital para Brasília (1957-60).

Os prefeitos foram oito, dos quais nenhum completou o mandato haja vista a instabilidade dos governantes nos tumultuados anos 50. Quem ficou mais tempo no poder foi o Marechal Ângelo Mendes de Moraes (1946-51), que se dedicou a construir conjuntos populares da Gávea e Pedregulho e o “Estádio do Maracanã”, visando o campeonato mundial de futebol em 1950.

A tumultuada situação financeira do Brasil nos anos 50 deixou pouco espaço para obras urbanas. O Prefeito de Vargas, Engenheiro João Carlos Vital, vai se preocupar em sanear as finanças públicas. Interrompeu obras de túneis importantes (Santa Bárbara, Rebouças), mas iniciou a derrubada do “Morro de Santo Antônio” e o “Aterro do Flamengo”. Igualmente iniciou-se o aterro que resultaria na “Ilha do Fundão” e na “Cidade Universitária”.

Outros prefeitos sucederam-se em curtos mandatos, não tendo tempo de realizar obras importantes. Uma exceção foi Negrão de Lima (1956-58), que investiu em obras de infraestrutura, aliás insuficientes para impedir a degradação dos serviços públicos. O Rio de Janeiro ultrapassava dois milhões de habitantes com serviços de água, luz, esgotos, telefones e trânsito datados alguns do início do século, quando não do Império.

Em 1957, novamente Prefeitura e Câmara se digladiavam, tudo por causa da Mensagem 53 do prefeito Negrão de Lima que criaria a “SURSAN”, “Superintendência de Urbanização e Saneamento”, órgão que levaria para a órbita do executivo municipal as obras públicas da cidade, retirando da Câmara outra de suas atribuições seculares. O projeto foi aprovado.

Com a construção de Brasília (1957-1960), foram paralisadas todas as importantes obras públicas do Rio de Janeiro, ficando a cidade com seus serviços prejudicados até a década seguinte. No último ano antes da transferência da capital, dedicou-se a Câmara a discutir projetos menores e a trocar ou batizar nomes de ruas.

A 21 de abril de 1960, com a inauguração de Brasília, são extintos vários órgãos do velho “Distrito Federal” e outros transferidos para Brasília. O Rio de Janeiro, foi convertido por lei federal em “Estado da Guanabara”. Uma das instituições que fechou as portas foi a “Câmara de Vereadores”, cedendo seu palácio para a “Assembléia Legislativa” do novo estado.

#### O ESTADO DA GUANABARA (1960-75)

Uma vez criada a nova unidade federativa e estabelecida sua constituição, ficou o “Palácio Pedro Ernesto” subutilizado por quase quinze anos. Em 1960 sediou a “Assembléia Constituinte Estadual”.

Teve o “Estado da Guanabara” os seguintes Governadores: Embaixador José Sette Câmara (1960-61); Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1961-66); Francisco Negrão de Lima (1966-71); Antônio de Pádua Chagas Freitas (1971-75), que foi o último pois ocorreu nesse ano a fusão.

Uma vez realizadas as eleições estaduais, onde se sagrou vencedor para o cargo de “Governador do Estado da Guanabara” o jornalista e político Carlos

Frederico Werneck de Lacerda, e este empossado pelo governador provisório Embaixador José Sette Câmara, ficou o palácio “Pedro Ernesto” vazio e até por algum tempo, fechado. Em 1961, entretanto, foi o mesmo ocupado pelos “Deputados Estaduais da Guanabara”, já que o velho “Palácio Tiradentes” não comportava seu número.

Homem dinâmico, Lacerda começou seu profícuo governo (1961-66) por ampla reforma administrativa, criando muitas secretarias de governo e dividindo a Guanabara em “Regiões Administrativas”, estendendo os poderes em benefício da eficácia. Atingiu o estado amplos setores da população.

Lançou-se então a vastíssimo plano de obras, que incluiu o término dos túneis: “Santa Bárbara” (1.300m, 1961-63); “Rebouças” (2.700m, 1961-65); “Major Vaz” (220m, 1963), sendo que os dois primeiros estavam com obras paradas há mais de dez anos. Construiu os viadutos: “Lagoa-Rebouças” (1965); “Trevo dos Marinheiros” (1963-67); “Benfica” (1965-67); “Lobo Júnior” (1965-67); “João XXIII” (1962-64); “Sampaio Correia” (1961-63); “Manguinhos” (1961-63); “Eng. Noronha” (1961-63); “Av. Perimetral” (1961-67); e outros. Abriu as vias: “Radial Oeste” (1961-63); “Faria-Timbó” (1961-63); duplicou a “Av. Brasil” (1964-65). Terminou o “Aterro do Flamengo” (1961-65); refez a “Praia de Botafogo” (1963); duplicou a “Adução do Guandu” (1964-67); projetou o “Interceptor Oceânico” (1965-69); e outras obras mais.

Seu sucessor, o Governador Negrão de Lima (1966-71), manteve o dinamismo anterior e, apesar da grande enchente que se abateu sobre o Rio em princípio de seu governo (janeiro de 1966), encetou vasto plano de obras, terminando as de seu antecessor e começando outras: “Trevo dos Estudantes” (1966-67); “Viaduto Pedro Álvares Cabral” (1967-68); “Trevo do Cantagalo” (1966-67); “Viaduto Pinheiro Machado”; “Elevado do Joá” (1967-68); “ocupação da Barra da Tijuca” (1968-69); “Metrô” (1970-81); “Ponte Rio-Niterói” (1968-74); duplicação da “Av. Atlântica” (1968-71); e outros. Vivia-se a época do “Milagre Econômico” e da “Febre Rodoviária”.

Seu sucessor, Chagas Freitas (1971-75), enfrentou grave crise econômica e quase se limitou a reurbanizar a Lapa (1973), reiniciar as obras do “Metrô” (1973-75) e outras obras nos subúrbios, de pouca monta. Terminou as muitas obras deixadas inconclusas por seus dois antecessores. Fundou em 1971 a “RIOTUR”, “Empresa de Turismo do Rio de Janeiro”.

Com a inauguração da “Ponte Rio-Niterói” em março de 1974, encontrou o “Governo Militar” justificativa para fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, executando-a sem consulta popular em março de 1975. Com essa manobra, passou a Guanabara, 3º. Estado mais rico da Federação a ser dos mais pobres (19º). Coincidiu também essa época com grave crise econômica nacional, refletindo no Estado de forma devastadora.

#### ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1975-2004)

De 1975 a 2004, tivemos os seguintes Governadores do “Estado do Rio de Janeiro”: Almirante Floriano Faria Lima (1975-79); Antônio de Pádua Chagas Freitas (1979-82); Leonel de Moura Brizola (1982-86 e 1990-94); Wellington Moreira Franco (1986-90); Marcelo Nunes Alencar (1994-98); Willian Anthony

Matheus de Oliveira, vulgo “Garotinho” (1998-2001); Benedita da Silva, vulgo “Bené” (2.001-2); e Rosângela Matheus, vulgo “Rosinha” (2.002-6).

Até 1984, os prefeitos da Cidade do Rio de Janeiro foram de exclusiva indicação do Governador de Estado. Assim sendo, tivemos: Marcos Tito Tamoyo da Silva (1975-79); Israel Klabin (1979-80); Júlio de Moraes Coutinho (1980-82); Jamil Haddad (1982-83); Marcelo Nunes Alencar (1983-84 e 88-92); Roberto Saturnino Braga (1984-88); César Eptácio Maia (1992-96); Luiz Paulo Fernandez Conde (1996-2000); César Eptácio Maia (2.000-4).

Não estão incluídos aí os administradores interinos, que foram muitos.

Ainda é muito cedo para falar da obra destes homens, alguns ainda militando na política. Limitamo-nos a alguns. Marcos Tamoyo (1975-79), cuidou o Prefeito de criar novas áreas de lazer para a população, como o “Parque Garota de Ipanema” (1977-78); “Parque da Catacumba” (1976-78); “Parque da Lagoa” (1978); “Autódromo da Barra” (1978-79); “Riocentro” (1978) e cuidou do turismo, julgado acuradamente como vocação natural da cidade. Reurbanizou o Catumbi e Cidade Nova, onde demoliu quarteirões inteiros.

Israel Klabin, Júlio Coutinho e Jamil Haddad ficaram pouco tempo no cargo, bem como Marcelo Alencar na sua primeira administração (1983-84). Vale assinalar, em 1979, a inauguração parcial do “Metrô Carioca”. Em 1984 o povo elegeu o Prefeito Saturnino Braga (1984-88), cuja má gestão das finanças conduziu o Rio de Janeiro a um processo de falência (1988).

Retornando Alencar em 1988, desenvolveu política buscando sanar a economia carioca. Beneficiado pelo grande aumento de IPTU da gestão anterior, que quadruplicou a arrecadação, o objetivo foi alcançado (1989).

Com apoio estadual e federal, pôde remodelar a cidade para a conferência internacional “Rio 92”. Foi erguida a “Linha Vermelha”, batizada de “Via Tiradentes” e remodelada a orla marítima da zona sul, com a construção de ciclovias, quiosques, jardins e grades em praças, etc.

Seu sucessor, César Maia (1992-96), iniciou o projeto “Rio Cidade”, com vistas a valorizar a qualidade de vida do habitante, melhorando as calçadas e vias urbanas, com amplo e polêmico plano de obras. Luiz Paulo Conde, seu ex-secretário de obras, e que o sucedeu na prefeitura, continuou com a dinâmica série de obras, encetando principalmente o Favela-Bairro, com intervenções em 18 comunidades, em especial a da Favela da Maré; e terminando a importante Linha Amarela, ligando as Zonas Norte à Oeste. Um polêmico plano de implantação de apart-hotéis em bairros da zona sul resultou em ampla polêmica popular. César, retornando a prefeitura, continuou com um grande plano de obras para a zona oeste, conseguindo, após muitas injunções políticas nacionais e internacionais, que a cidade sediasse o Campeonato Pan-americano de 2.007.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA SOBRE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

01)- Araújo, José de Souza Azevedo Pizarro e; Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945, 10 vols.

02)- Azevedo, Manuel Duarte Moreira de; O Rio de Janeiro, sua História, Fatos Notáveis, Usos e Curiosidades. Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, Coleção Vieira Fazenda, 1967, 2 vols., il.

- 03)- Berger, Paulo; Pinturas e Pintores do Rio Antigo. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1991, il.
- 04)- Campos, Alexandre; e Silva, Da Costa e; Dicionário de Curiosidades do Rio de Janeiro. São Paulo, Comércio e Importação de Livros, 1965, il.
- 05)- Coaracy, Vivaldo; Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965, il.
- 06)- Costa, Luiz Edmundo; ACôrte de D. João no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957, 3 vols., il.
- 07)- Costa, Luiz Edmundo; O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957, 5 vols., il.
- 08)- Costa, Luiz Edmundo; O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice Reis. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 3 vols., il.
- 09)- Cruls, Gastão; Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965, 2 vols., il.
- 10)- Dunlop, Charles Julius; Rio Antigo. Rio de Janeiro, Editora Gertun Carneiro, 3 vols., 1956/60, il.
- 11)- Fazenda, José Vieira; Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1919/26, 5vols.
- 12)- Ferrez, Gilberto; A Praça Quinze de Novembro, Antigo Largo do Carmo. Rio de Janeiro, RIOTUR, 1978, il.
- 13)- Ferrez, Gilberto; O Rio de Janeiro do Fotógrafo Marc Ferrez - 1875/1918. Rio de Janeiro, João Fortes Engenharia, 1984, il.
- 14)- Figueiredo, Guilherme; Rio Antigo. Roteiro Turístico e Cultural do Centro da Cidade. Rio de Janeiro, EMBRATUR/AGGS, 1979, il.
- 15)- Gerson, Brasil; História das Ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, Coleção Veira Fazenda, 1965, il.
- 16)- Lamego, Alberto Ribeiro; O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964, il.
- 17)- Lisboa, Balthazar da Silva; Anais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1967, 8vols., il.
- 18)- Macedo, Joaquim Manuel de; Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1965, il.
- 19)- Maurício, Augusto; Templos Históricos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947, il.
- 20)- Passos, Alexandre; O Rio no Tempo do Onça. Rio de Janeiro, 1960, il.
- 21)- Santos, Francisco Agenor de Noronha; As Freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1965, il.
- 22)- Santos, Francisco Agenor de Noronha; Meios de Transporte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comércio, 1934, 2v., il.
- 23)- Santos, Luiz Gonçalves dos; Memórias para Servir à História do Reino do Brasil. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP, 1976, 2 vols.
- 24)- Tabet, Sérgio; e Pummar, Sônia; O Rio de Janeiro em Antigos Cartões Postais. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1985, il.